

A Vida Rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no Século XIX

Ariana Moreira Espíndola

Email: arianae@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Pensando em alguns ‘paradigmas’ e, principalmente, tentando contribuir para a história da agricultura, da vida rural, dos moradores e das relações sociais, a partir da Matrícula de Moradores de 1843, o presente texto apresenta um breve retrato da vida rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha do Século XIX.

Palavras-Chave: Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha; Agricultura; matrícula de moradores

Abstract: Thinking about some ‘paradigmas’ e, mainly, trying to contribute for the history of agriculture, of the agricultural life, the inhabitants and the social relations, from Matrícula de Moradores of 1843, the present text approaches a brief picture of the agricultural life in Freguesia do Ribeirão da Ilha do Século XIX.

Keywords: Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha; Agriculture; matrícula de moradores

The Rural Life in the Freguesia do Ribeirão da Ilha Nineteenth Century

Este trabalho pretende revisitar a Freguesia do Ribeirão do século XIX com o auxílio de uma Matrícula dos Moradores, produzida em 1843 e eventuais consultas no Inventário de Francisca Clara Coelho, tem o objetivo de elaborar um ‘retrato da vida rural’ na Freguesia, revendo alguns ‘paradigmas’ e principalmente tentando contribuir, em alguma medida, para a história da agricultura.

Sabe-se que a base econômica da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha foi, até início do século XX, a agricultura. Contudo a historiografia catarinense pouco produziu a respeito da história dessa Freguesia¹, como também no

¹ Com exceção do estudo demográfico realizado por Sergio Ribeiro da Luz *Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810-1930*; de *Ribeirão da Ilha – Vida e Retratos: Um distrito em destaque*, um livro de memórias, que se utiliza de fontes orais e iconográficas (especialmente fotografias) para contar uma história do distrito do Ribeirão da Ilha; um ou dois parágrafos nos livros de Walter Fernando Piazza sobre história geral de Santa Catarina; Uma pesquisa PIBIC/CNPq de Fernanda Zimmermann e Beatriz Gallotti Mamigonian, sobre tráfico atlântico e trabalho escravo; um TCC de Francisco de Assis dos Santos Filhos sobre o recrutamento militar na freguesia e outros trabalhos que tratam sobre as armações baleeiras e em algum momento de contextualização citam a freguesia do Ribeirão nada mais foi encontrado sobre a freguesia de N. S. da Lapa do Ribeirão da Ilha.



Ariana M. Espíndola: A Vida Rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no Século XIX que se refere à história da agricultura na Ilha de Santa Catarina de modo geral. Embora esse texto não tenha a pretensão de preencher lacunas historiográficas, espera-se contribuir com alguns apontamentos acerca do tema, sinalizando fontes e possibilidades de pesquisa. Além disso, a ideia de escrever um texto que possa se tornar uma fonte de investigação, especialmente para os estudantes e moradores dessa região, sobre as raízes rurais do Sul da Ilha é bastante estimulante. Afinal, não é por acaso que em nossas casas certos alimentos são preparados e que temos galinhas no quintal ou que dividimos com gados e cavalos espaços na rua. Há um processo histórico, uma herança rural que embora tímida, superou a urbanização.

Voltando à ponta de Caiacanga-mirim, encontra-se, em frente à ilhota Garcia, uma enseada onde deságua um pequeno rio, cuja foz terá de 5 a 7 metros de largura e onde se eleva o monte mais alto da Ilha, que mede 600 metros e em cujo sopé se aninha risonhamente a Freguesia do Ribeirão, com suas casinhas alvas, dentre as quais se destaca a igreja consagrada a Nossa Senhora da Lapa.

A Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão foi fundada no contexto da política de povoamento da Ilha de Santa Catarina, fazendo parte de uma estratégia de ocupação, que visava aumentar a produção de alimentos para garantir o sustento das tropas militares, assim como fornecer homens para o serviço militar.

A Matrícula dos Moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, a principal fonte dessa pesquisa, foi arquivada sob a guarda do Tabelião de Notas do Ribeirão da Ilha provavelmente pelo Sub-delegado da Freguesia, Manoel Fernando Pires, mas a autoria do documento não está identificada. Esse é um tipo de fonte bastante rico e importante para o estudo das estruturas sociais. A matrícula, que originalmente é uma tabela, fornece informações como: número do quarteirão, número da casa, número da família, nomes, posição (chefe de família, mulher, agregado, filhos, escravos), sexo, idade, condição (livre ou escravo), estado civil, ofício, naturalidade, nação, graduação, estabelecimento, rendimentos e nome do quarteirão onde mora. A partir da análise da matrícula pudemos analisar a formação e organização de 366 famílias residentes nos quarteirões da freguesia (Tapera, Caieira, Caiacanga, Costeira, Freguesia, Ribeirão, Morro das Pedras, Fazenda, Pântano do Sul e Armação da Lagoinha). Assim como as chamadas ‘listas nominativas’, acreditamos que a Matrícula

Ariana M. Espíndola: A Vida Rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no Século XIX de Moradores cumpra uma solicitação do governo provincial com vistas ao recrutamento militar e arrecadações tributárias².

A metodologia utilizada para analisar a matrícula foi um pouco ‘braçal’. As informações consideradas mais relevantes foram destacadas e fichas individuais para cada família foram elaboradas no intuito de facilitar a visualização das informações que, com auxílio de bibliografia, pudessem fornecer vestígios sobre a vida rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha. À primeira vista, as informações mais óbvias pareciam querer saltar à tabela, num primeiro momento parecia difícil fugir a tradicional análise quantitativa, mas a tabela se pôs a “falar” à medida que o estudo caminhava. Analisei cada ficha e a partir delas elaborei tabelas mais específicas. A partir dela foi possível coletar pistas sobre a organização social da Freguesia e conhecer os principais atores sociais da Freguesia. Mas, os apontamentos mais interessantes indicados pela fonte foram justamente acerca de temas que a matrícula por si só não poderia contar muito, como as histórias pessoais escondidas por detrás daquele arrolamento de nomes. Obviamente esse é um assunto para pesquisas futuras, pretende-se apenas esboçar algumas das muitas perguntas que surgiram.

Breve Contexto Histórico

A Capitania de Santa Catarina fora criada em 1738 com o objetivo de garantir cobertura estratégico-militar à recém criada Colônia de Sacramento³. As terras do litoral meridional brasileiro, até então a mercê da ocupação de naufragos, desterrados e outros aventureiros passou a receber maior atenção da coroa portuguesa, receosa do avanço espanhol. O plano português para defesa das terras do sul do Brasil se compunha da construção de fortalezas, estratégias militares e incentivo de povoamento.

A primeira leva de imigrantes portugueses chega à enseada em meados do século XVIII, no intuito de proteger e cultivar as terras e assim legitimar a “implantação de uma nova estrutura política e econômica (...) dando cobertura efetiva à doutrina do

² MOTTA, Marcia; GUIMARÃES, Elione. *História Social da Agricultura Revisitada: fontes e metodologia de pesquisa*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 11, n. 3, 2007. p. 101.

³ Sobre a Colônia de Sacramento consultar FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Os espanhóis conquistam a ilha de Santa Catarina: 1777*. Florianópolis: EdUFSC, 2004.



Ariana M. Espíndola: A Vida Rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no Século XIX *uti-possidetis*⁴ que vinha sendo defendida pela política exterior portuguesa nas gestões diplomáticas com a Espanha”⁵ em questões fronteiriças envolvendo as terras sul-americanas. Entre o período de 1748 a 1756, cerca de 6.000 imigrantes açorianos chegaram a Ilha de Santa Catarina. A ocupação se deu primeiramente ao redor da Vila de Desterro e posteriormente se desmembrou para os extremos norte e sul. No sul da Ilha observam-se dois núcleos no processo de povoamento: o povoado do Ribeirão localizado estrategicamente a sudoeste da Ilha, próximo ao Forte Nossa Senhora da Conceição e a Armação de Sant’Ana da Lagoinha “fundada por Provisão Régia de 9 de Julho de 1772”⁶, no contexto das fundações de Armações baleeiras pelo litoral catarinense criadas “a partir de contratos firmado entre Inácio Pedro Quintella e sócios da Coroa portuguesa, no período que se estende entre os anos de 1765 e 1801.”⁷

Em 1763, uma pequena capela foi erguida no povoado do Ribeirão a mando de Manoel de Valgas Rodrigues, tendo por padroeira Nossa Senhora da Lapa⁸. Em fins do século XVIII, com aproximadamente 1040 habitantes o povoado ainda estava ligado à matriz de Nossa Senhora do Desterro, dessa maneira, haja vista a distância e a dificuldade no transporte, a população só recebia assistência espiritual de tempos em tempos. Em 1779, o governador da Capitania, coronel João Alberto de Miranda Ribeiro, fez um relatório dirigido ao Vice-Rei solicitando que o povoado fosse elevado a categoria de freguesia, o que veio a se concretizar somente em 1809.

Virgílio Várzea nos descreve as regiões limítrofes da freguesia:

A freguesia estende-se por Caiacanga-açu, Tapera até Naufragados (a ponta mais meridional da ilha). Daí segue para leste, abrangendo o Pântano do Sul, a Armação da Lagoinha e a praia do Campeche, com as ilhas e ilhotas que rondam a costa nessa parte, indo entestar por nordeste com as terras da Lagoa.⁹

⁴ Utilizada para legitimar conquistas territoriais, especialmente após o Tratado de Madri, o *uti possidetis* é um princípio do direito romano para demarcar limites, que parte da idéia de que é preciso possuir de fato as terras para ter direitos sobre ela.

⁵ PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina sua História*. Florianópolis: EdUFSC; Lunardelli, 1983. p. 124.

⁶ BOITEUX, Lucas Alexandre. “A pesca da baleia”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, 3:3-12, 1-2 trim. 1914. Apud Sérgio Ribeiro da Luz p.28

⁷ ELLIS, Myrian. *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1969. Apud. Sérgio Ribeiro da Luz p.28

⁸ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*, Florianópolis: Lunardelli, 1897. p. 73.

⁹ VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina: A ilha*. Florianópolis: IOESC, 1984. p. 88-89.



Ariana M. Espíndola: A Vida Rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no Século XIX

A recém criada Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha representava territorialmente o que hoje conhecemos como: Pântano do Sul, Armação, Morro das Pedras, Ribeirão, Caieira da Barra do Sul, Naufragados e Tapera¹⁰.

Senhoras e senhores, no palco a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão

Sem dúvida a agricultura foi durante o século XIX a principal atividade econômica desenvolvida no Ribeirão. Na matrícula analisada, 87,08% dos chefes de família declararam-se lavradores. Observa-se que em Desterro se desenvolveu uma economia com base em uma estrutura agrária de pequena propriedade que propiciou a formação de um pequeno produtor independente e dono de seus meios de produção, que garantia sua auto-suficiência e um excedente exportável.¹¹ O mesmo podemos adotar para a Freguesia, sendo que a unidade produtiva que representou muito bem essa auto-suficiência foram os engenhos, verdadeiros ‘micro-universos’. Implantados quando se deu a ocupação mais volumosa e com ela a necessidade de aumentar a produção de farinha, o primeiro engenho data aproximadamente de 1768, e é um exemplo de como as trocas e fusões culturais alteram os modos de fazer de uma sociedade, uma vez que se caracteriza pela adaptação do modo de fazer farinha do indígena ao conhecimento de moagem trazido pelo açoriano. Segundo Osvaldo da Silva Paulino, os engenhos da ilha se caracterizavam por serem construções pequenas, feitas de pau a pique, geralmente ao lado das moradias.¹² É interessante perceber como a construção de um engenho implica em uma série de alterações na paisagem, seja por causa do desmatamento, tanto para construção como para abastecimento do fogo, seja por causa da estrutura que será montada ao entorno para facilitar a lida rural: depósito, poço, curral, roças, senzala.

O pequeno produtor desenvolvia ainda atividades manufatureiras como: alambique, confecção de roupas, móveis, louças de barro, entre outros.¹³ No final do século XVIII podia-se encontrar no Ribeirão: 1 engenho de açúcar, 11 fábricas de

¹⁰ É importante esclarecer que o bairro que hoje conhecemos sob a toponímia de Tapera, no período de que fala a pesquisa era chamado Caiacanga-mirim. Por sua vez, quando lemos Tapera nos documentos da época trata-se de uma pequena localidade situada entre a Caieira da Barra do Sul e Naufragados, conhecida hoje como Taperinha.

¹¹ CAMPOS, Nazareno José de. *Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: EdUFSC, 1991. p. 26

¹² SILVA, Osvaldo Paulino. *Arqueologia dos engenhos da ilha de Santa Catarina*. Erechim/RS: Habilis, 2007.

¹³ CAMPOS, Nazareno José de. Op. Cit. p. 26



Ariana M. Espíndola: A Vida Rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no Século XIX açúcar¹⁴, 29 engenhocas de aguardente, 51 engenhos de mandioca, 2 engenhos de arroz e 7 atafonas de trigo. Observando esses números podemos ter uma dimensão melhor da grandeza dessa atividade manufatureira.

Nas roças da Freguesia do Ribeirão “floresce a mandioca, a cana, o milho, o feijão e o café, em amplos quadrados de um verde variegado.”¹⁵ Sendo que o principal produto exportador no decorrer do século XIX foi a mandioca, especialmente para o Rio de Janeiro, mas também para a região platina¹⁶. Encontram-se ainda registros que contam da cultura de cânhamo, trigo, algodão, amendoim e melancias¹⁷, as quais diziam ser muito saborosas, sobretudo na região de caiacanga-açu, além de outras hortaliças e legumes produzidos notoriamente para consumo próprio dos lavradores e suas famílias.

Verificamos então que na Freguesia, os lavradores optaram pela policultura. Provavelmente isso ocorreu porque a mandioca, o principal produto cultivado, demorava cerca de dois anos do plantio a colheita, nesse intervalo de tempo o agricultor teria que entremear a essa roça outras culturas para sua subsistência.

Embora tradicionalmente a agricultura na Freguesia do Ribeirão seja caracterizada como de subsistência, e Virgílio Várzea aponta alguns fatores que reforçam essa idéia: a área para cultivo era estreita; havia um retalhamento da área produtiva entre a população rural, principalmente com as partilhas entre herdeiros; as práticas para plantio muito antigas; os instrumentos mecânicos inapropriados; a falta de auxílio oficial como também ausência de iniciativas particulares¹⁸. É preciso salientar que as roças de subsistência não eram as únicas a compor a paisagem rural da freguesia, foi possível perceber que não faz muito sentido a Freguesia ter se limitado ao cultivo de subsistência uma vez que grande parte dos proprietários de terras possuíam números consideráveis de escravos. Afinal de contas, com que objetivo se mantém uma propriedade agrícola com 25 escravos, como é o exemplo do fogo de Domingos José da Costa¹⁹, quando o objetivo é produzir apenas para consumo próprio? Segundo Nereu do Vale Pereira, o Ribeirão fora grande fornecedor de produtos diversos para os mercados catarinenses da Vila de Desterro, Laguna, Imbituba e Terra Firme, como também para

¹⁴ Fábricas e engenhos se diferenciam pelo tamanho, o engenho é maior e geralmente movido a água.

¹⁵ VARZEA, Virgílio. Op. Cit. p. 89.

¹⁶ HUBENER, Laura Machado. *O comércio da cidade de Desterro no século XIX*. Florianópolis: EdUFSC, 1981. p. 77.

¹⁷ PEREIRA, Nereu do Vale. *Ribeirão da Ilha Vida e Retratos*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1991. p. 75-81.

¹⁸ VÁRZEA, Virgílio Op. Cit. p. 177

¹⁹ Ver fogo 1 – Tapera.



Ariana M. Espíndola: A Vida Rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no Século XIX Santos e Rio de Janeiro.²⁰ Essas mercadorias podiam desembarcar por um dos três portos existentes na Freguesia, o Porto do Contrato. Esse porto somava a função de entreposto de pescados, embarque de lenha, comércio de café, comércio de produtos vindos da Armação da Lagoinha, e ainda outros produtos como farinha, cachaça, frutas, galinhas, ovos, produzidos nos quarteirões da Freguesia. Internamente, por sua vez, o comércio era encabeçado pelas vendas de ‘secos e molhados’ que comercializavam “tudo que fosse de uso cotidiano pala população”²¹.

Dos atores sociais

Apresentado o ‘palco’ da nossa pesquisa vamos aos atores sociais. No ano de 1843, cerca de 2.336 pessoas habitavam a Freguesia, entre elas catarinenses, portugueses, espanhóis, alemães, negros africanos, em sua maioria da África centro-ocidental, pardos e crioulos. Por essa mistura étnica tão diversificada, pensamos que é hora de exorcizar alguns paradigmas antigos. Quando falamos sobre o Ribeirão da Ilha, mas especialmente sobre algum aspecto cultural, nota-se a singularidade com que é descrita essa cultura ‘essencialmente açoriana’. Contudo, faz-se necessário problematizar a questão. É verdade que em meados do século XVIII a política de povoamento pensada e realizada pela Coroa Portuguesa foi bastante concentrada na imigração da população açoriana. Isso porque o Arquipélago dos Açores vinha enfrentando uma série de problemas que motivaram a ‘saga açoriana’: os abalos sísmicos ocorridos em 1720; fraco desenvolvimento econômico do Arquipélago; excesso populacional aliado à escassez de alimentos, gerando ocasionais crises alimentares; além das causas psicológicas²². Dessa maneira a Corte portuguesa resolvia dois problemas ao incentivar o movimento migratório das ilhas dos Açores para o sul do Brasil: de um lado provocava o esvaziamento de uma localidade que passava por crises alimentares e de outro promovia o povoamento.

Não obstante, apesar da colonização inicial ter sido açoriana, o contato com as fontes e bibliografias no decorrer da pesquisa sugerem uma dimensão plural a respeito da cultura ribeironense, e quando falamos de cultura nos referíamos a “todo conhecimento que uma sociedade tem sobre si, sobre outras sociedades, sobre o meio

²⁰ PEREIRA, Nereu do V. Op. Cit. p.71.

²¹ Idem. p. 72

²² PIAZZA, Walter F. Op. Cit. p. 139-140.



Ariana M. Espíndola: A Vida Rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no Século XIX em que vive e sobre sua própria existência”²³ além das maneiras como a sociedade expõem esse conhecimento.

Imagino que esse discurso açoriano prevaleça tão fortemente por motivos diversos, como por exemplo, a permanência da arquitetura açoriana que enfrentou os anos e nas últimas décadas tem sido bastante difundida por aqueles que a utilizam como *slogan* comercial especialmente dos vários restaurantes que se fixaram na orla da antiga freguesia. Afinal, a cultura material acaba sendo um referencial identitário. Assim como, o congresso de 1948, que criou um discurso baseado na necessidade de afirmar a brasilidade catarinense onde buscou resgatar a memória e as tradições para legitimar a história e assim construir uma coesão, uma identidade comum.²⁴ Embora esse discurso tenha sido criado *a posteriori*, e notoriamente a serviço de interesses políticos, se arraigou na memória até mesmo dos mais antigos.

Contudo a cultura é algo dinâmico, vivo. Que se constrói e se reelabora através de contatos e conflitos²⁵. Sendo assim, como pensar que a cultura da Freguesia do Ribeirão da Ilha é açoriana após ter sido exposta a tantas mais? É preciso que encaremos a cultura como um processo construído historicamente e, por isso, devemos os créditos as diversas etnias que coexistiram na Freguesia durante esse processo.

As Histórias por detrás da Matrícula de Moradores da Freguesia

Conforme já foi mencionado, para proceder a análise da Matrícula de Moradores da Freguesia, além das fichas individuais para cada fogo, foram elaboradas tabelas específicas contendo, por exemplo, a profissão dos chefes de família, a quantidade de escravos, as nações destes, as idades, entre outros. Dados estes que permitiram a realização de um esboço da organização social estabelecida na Freguesia. Os 2.336 habitantes listados pela Matrícula da Freguesia formavam 366 fogos, ou famílias, sendo que a grande maioria desses fogos eram chefiados pelos homens. Mas, observaram-se muitos fogos chefiados por mulheres, a grande maioria viúvas, proprietárias de escravos

²³ SANTOS, José Luis dos. *O que é cultura*. São Paulo: brasiliense, 2006. p. 41.

²⁴ FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: EdUFSC, 1997.

²⁵ SANTOS, José L. dos. Op. Cit. p. 8; 26.



Ariana M. Espíndola: A Vida Rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no Século XIX inclusive²⁶. Como também, fogos compostos por escravos libertos²⁷. Quanto a profissão dos chefes de família, 87,08% se declararam lavradores. Na Caiacanga além dos lavradores encontram-se 1 sapateiro e um mestre de escola para meninos. Na Caieira 2 carpinteiros. Na Armação, dos três fogos listamos apenas dois declaram profissão sendo 1 carper e 1 feito. Nos quarteirões da Costeira, Tapera, Fazenda e Morro das Pedras registra-se apenas lavradores. Por sua vez, a Freguesia e o Ribeirão parecem mais ‘ativos’ nos setores de prestação de serviços e comércio. Na Freguesia foram listados: 8 negociantes, 1 sapateiro, 1 carpinteiro, 1 tamanqueiro, 1 professor, além de 1 militar e um vigário. É também deste quarteirão o único chefe de família declarado pescador. Todavia sabe-se que a atividade pesqueira era mais intensa do que essa matrícula deixa transparecer, provavelmente isso ocorre porque a atividade pesqueira estava geralmente associado a agricultura, o típico homem-anfíbio de Franklin Cascaes, ou seja, aquele que vive na terra, tem sua roça, mas em tempos de peixe recorre ao mar. No inventário de Francisca Clara Coelho de 1876, na avaliação dos bens, figura-se juntamente com 6 escravos, 2 roças de mandioca, 1 tear, entre outros artefatos, uma canoa grande²⁸. No Ribeirão, além dos lavradores, foram listados 1 sapateiro, 1 mestre de escola, 1 tamueiro, 3 carpinteiro e 2 negociantes. Levando em consideração o número de negociantes, provavelmente nesses dois quarteirões concentravam-se as chamadas vendas.

Quanto a concentração de mão de obra escrava sabe-se que dos 366 fogos listados, 139 possuíam escravos, ou seja, quase 40% dos fogos. Sendo que a maioria dos proprietários possuíam de 1 a 5 escravos, mas existiam aqueles com até 25 escravos²⁹.

No que diz respeito aos relacionamentos nota-se o predomínio das famílias legítimas na população livre e observância aos preceitos da igreja³⁰. Mas a tabela nos conta de algumas famílias chefiadas por mulheres solteiras com filhos, como é o caso de Lexandra Roza, 28 anos, crioula, livre, solteira mãe de Deolinda, 9 anos, Maria de 3, João de 2 e Jacintha de 1 ano³¹. Entre a população escrava apenas 1 foi declarado

²⁶ Ver Fogo 6 da Caieira, Ana eufrázia, 50 anos, lavradora, proprietária de 3 escravos.

²⁷ Ver Fogo 8 da Caiacanga, Mathias, 54 anos, liberto, casado, lavrador, benguela e sua mulher Marianna, 46 anos, cabinda. Interessante perceber que os sobrenome dos libertos não são mencionados na matrícula.

²⁸ Inventário de Francisca Clara Coelho, 1876. Arquivado no Museu do Tribunal de Justiça ainda sem número de identificação no arquivo.

²⁹ Ver Fogo 1 da Tapera, Domingos José da Costa, ausência de esposa legítima e filhos, possuidor de 25 escravos.

³⁰ LUZ, Sérgio Ribeiro da. *Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810-1930*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis, UFSC, 1994. P. 7

³¹ Ver Fogo 3 da Armação da Lagoinha.



Ariana M. Espíndola: A Vida Rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no Século XIX casado. Trata-se do escravo Antonio, mina, de 50 anos pertencente ao vigário da Freguesia³², mas sua esposa não é identificada. Todo o restante da população escrava é classificada como solteira. Provavelmente o responsável pela confecção da matrícula considerou solteiro todos aqueles que não possuíam uniões consolidadas na igreja, uma vez que os cativos como quaisquer agentes sociais estabelecem relações afetivas. Perguntamo-nos ainda, como uma sociedade tão ligada aos preceitos religiosos tenha permitido, mesmo entre cativos, tantas ‘relações ilícitas’.

O fato de todos os escravos, exceto um, serem declarados solteiros pode significar que alguns eram de fato solteiros, mas também que os casamentos consensuais não eram considerados legítimos. Entretanto, levando em consideração o número de adultos e de crianças é bastante razoável pensar que tais crianças sejam fruto de relacionamentos entre escravos. Relacionamentos estáveis, uma vez que fazia parte da tradição africana não encorajar relações passageiras.³³

A propriedade de Domingos José da Costa, por exemplo, possui 25 escravos. Três mulheres em ‘idades férteis’: Maria de 42 anos identificada como Benguela, Maria de 36 anos do Congo e Genoveva de 26 anos, cuja nação não é informada e por isso, acreditamos que seja crioula. A possibilidade de escolher um parceiro dentro da própria propriedade, nesse caso, parece grande. São 16 homens com faixa etária entre 20 e 60 anos. Se levarmos em consideração que as relações endógamas são mais comuns, embora não impedisse a prática da exogamia³⁴, as possibilidades de união são ainda maiores uma vez que todos os africanos dessa propriedade são identificados como de origem africana centro-ocidental. O número de crianças entre 0 e 12 anos (sete) nos leva a pensar que podem ser fruto da relações entre escravos. Nesse caso específico, Domingos, o proprietário, não possui esposa legítima, o que pode ter facilitado outra situação, em que há relações sexuais entre o senhor e as escravas. Mas, de qualquer modo esse tipo de situação parece não ter impedido a união entre escravos.³⁵

Outra informação disponibilizada pela Matrícula de Moradores da Freguesia são as idades dos cativos, estas informações abrem caminho para outras reflexões que têm como ponto de partida a desproporcionalidade entre número de cativos adulto, crianças

³² Ver Fogo 11, Freguesia.

³³ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 p. 73.

³⁴ *Ibidem* p. 50

³⁵ Ver o caso do escravo serafim casado com Romana que é alvo de “atentados libidinosos de seu senhor”. Slenes p. 27-28.



Ariana M. Espíndola: A Vida Rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no Século XIX e velhos³⁶. Esse dado pode estar relacionado ao desequilíbrio de sexos (mais homens que mulheres), mas também as más condições de vida das cativas que por sua vez “contribuíam para deteriorar ainda mais a já frágil potencialidade de reprodução interna”³⁷. De acordo com Manolo Florentino todas essas informações podem indicar pouca possibilidade de reprodução natural.³⁸ Mas podem também significar um ‘plantel’ relativamente recente, com escravos recém adquiridos pelo tráfico. No entanto, se assim for é interessante lembrar que a matrícula é posterior à lei de 7 de novembro de 1831, que em seu primeiro artigo “decretava livres todos os africanos introduzidos no território nacional a partir daquela data.”³⁹

A Matrícula dos Moradores do Ribeirão da Ilha, até o momento nos permitiu fazer uma série de apontamentos que nos auxiliam a pensar a organização do mundo rural da Freguesia. A fonte que a primeira vista pareceu inexpressiva, demasiadamente óbvia, se mostrou bastante proveitosa, mas a riqueza dessa fonte não está exatamente nas informações que ela contém, mas nas histórias pessoais que ela sugere. A tabela por si só quase nada nos esclarece, mas cumpre o papel de instigar à procura porque sinaliza a existência dessas histórias. Recorreremos a dois Fogos que possuem informações muito interessantes e podem nos auxiliar na investigação sobre as relações sociais entre o cativo e a família proprietária. O fogo 5 da Caieira conta-nos alguns costumes da população branca da Freguesia. O chefe da família chama-se Francisco da Silveira, 44 anos, casado com Maria Faustina de 24 anos. O casal teve 9 filhos num período de 10 anos. Assim como muitas outras famílias da Freguesia, Maria Faustina começou cedo o ofício de mãe, com apenas 14 anos. Sabemos então que se trata de uma família grande, sendo que o intervalo entre o nascimento dos filhos foi praticamente inexistente. Francisco da Silveira possuía uma escrava de nome Maria de 36 anos, identificada como originária de Moçambique. Embora o chefe da família tenha se declarado lavrador, a escrava Maria possivelmente fora incumbida dos serviços de casa e da ajuda na criação dos filhos. Se essas informações fossem confirmadas poderíamos concluir que o papel

³⁶ Considerarei crianças: 0-12 anos, adultos: 13 – 50, velhos: mais de 51. Cerca de 60% da população escrava é adulta.

³⁷ FLORENTINO, Manolo. *Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.p. 56

³⁸ Idem.

³⁹ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831. In: LARA, Silvia H.; MENDONÇA, Joseli M. N. (org). *Direitos e Justiças no Brasil*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006. p. 132

Ariana M. Espíndola: A Vida Rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no Século XIX
do escravo na organização social da Freguesia se estende para a formação e educação das crianças brancas.

O chefe do fogo 6 da Caieira, por sua vez, é uma mulher. Ana Eufrázia é viúva e possui quatro filhos com respectivos 3, 6, 10 e 14 anos. Ana Eufrázia é proprietária de 3 escravos: Agostinho, de 40 anos, Ignácio de 4 anos e Adam de 2 anos. Tendo em vista a pouca idade dos escravos a pergunta que se faz é: que tipo de relação se estabeleceu entre Ana, seus filhos e os dois escravos pequenos? Ana teve alguma participação na criação e educação deles? Dessa maneira, em relação ao fogo 5, a situação se inverte, nesse caso o auxílio na criação dos pequenos escravos pode ter vindo da proprietária branca.

Conforme mencionado, a fonte analisada nos deixa mais perguntas do que respostas. Entretanto, o que percebemos como importante é o fato dessa tabela nos sinalizar a existência de múltiplas e diferentes histórias, que a Freguesia do Ribeirão tem para nos contar sobre relações sociais que compõe uma sociedade rural. Se for possível ‘reconstruir’ a história dos personagens dessas famílias, através de uma pesquisa mais assídua e profunda, essas experiências de vidas específicas podem servir “como guia para conhecer uma época, uma sociedade e em particular os homens e mulheres que compunham as redes de relações a que pertenciam os biografados, com suas diferenças étnicas, suas hierarquias sociais e econômicas, suas instituições e práticas culturais.”⁴⁰

Fontes

Matrícula de Moradores Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, documento arquivado sob a guarda do Tabelião de Notas do Ribeirão da Ilha, produzido em 1843

Inventário de Francisca Clara Coelho, 1876. Arquivado no Museu do Tribunal de Justiça ainda sem número de identificação no arquivo.

Referências Bibliográficas

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*, Florianópolis: Lunardelli, 1897.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

⁴⁰ REIS, João José. *Domingos Sodré um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 17



Ariana M. Espíndola: *A Vida Rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no Século XIX*

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: EdUFSC, 1997.

HUBENER, Laura Machado. *O comércio da cidade de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

LARA, Silvia H.; MENDONÇA, Joseli M. N. (org). *Direitos e Justiças no Brasil*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006

LUZ, Sérgio Ribeiro da. *Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810-1930*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis, UFSC, 1994.

PEREIRA, Nereu do Vale. *Ribeirão da Ilha Vida e Retratos*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1991

PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina sua História*. Florianópolis: Editora da UFSC; Ed. Lunardelli, 1983.

REIS, João José. *Domingos Sodré um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTOS, José Luis dos. *O que é cultura*. São Paulo: brasiliense, 2006.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SILVA, Osvaldo Paulino. *Arqueologia dos engenhos da ilha de Santa Catarina*. Irecim/RS: Habilis, 2007.

VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina: A ilha*. Florianópolis: IOESC, 1984.

